

Renato Janine Ribeiro “Crise Política”

Entrevista concedida a Rafael de Paula Aguiar Araújo¹

Ex-ministro da Educação e professor titular de Ética e Filosofia Política da Universidade de São Paulo, Renato Janine Ribeiro aceitou conversar com a Revista Ponto-e-Vírgula. Nos recebeu em sua casa, no dia 10 de junho de 2016, em pleno desenrolar da crise política brasileira. Um conjunto de dez questões foram formuladas e encaminhadas previamente, serviram apenas de inspiração para a conversa que ocorreu livremente. Nas páginas que se seguem, Renato Janine relata sua opinião sobre a crise política pela qual passamos no Brasil e no mundo, além de lembrar momentos de sua passagem pelo ministério. Trata-se da perspectiva de quem conhece profundamente a política pela teoria, mas também de quem a vivenciou na prática, como parte do primeiro escalão do governo.

Ponto-e-Vírgula: Você é bastante conhecido pelas importantes pesquisas realizadas sobre a obra de Thomas Hobbes, autor fundamental para o debate sobre a soberania de Estado. Você acredita que vivemos hoje, especialmente a partir da crise do petróleo da década de 70 e a emergência do neoliberalismo, uma crise de soberania de Estado?

Renato Janine: Vivemos, sim, uma crise de soberania do Estado nacional, sem dúvida. O Estado nacional perdeu muito do peso que tinha para decidir, tanto que a mais importante iniciativa política das últimas décadas parece ser a União Europeia, que é supra-estatal. A União Europeia reduziu a soberania dos seus componentes, mas conseguiu ser um *global player*, podendo dialogar com Estados Unidos e com China, por exemplo. Isso é incompleto, porque ela não tem uma política externa conjunta, mas fica claro que aqueles

¹ Professor do Departamento de Política e do Programa de Estudos Pós-Graduados da PUC-SP. Editor da Revista Ponto-e-Vírgula. E-mail: rafa77@uol.com.br

países que eram poderosos perderam seu poder individual. Grã Bretanha e França, que estiveram entre os vencedores da segunda guerra mundial, não podem hoje ombrear-se com China, Estados Unidos, e, no tempo dela, com a União Soviética. E quando lemos os textos do entre guerras, vemos, por exemplo, que o encontro entre o ditador da Alemanha, o ditador da Itália, o primeiro ministro da França, e o da Inglaterra em Munique para sacrificar a Tchecoslováquia, reunia quatro potências importantes. Afinal, os Estados Unidos estavam isolados e a União Soviética estava isolada. Hoje, quem pensaria na Itália como potência global? A capacidade de um governo atuar é limitada, e as eleições na Europa têm mostrado isso. Têm mostrado que quando o governo adota uma política que vai contra o fundamento do Euro ou contra outros fundamentos, ocorre uma espécie de intervenção branca, como a chamada *troika*, que na prática governou Portugal durante alguns anos. A soberania reduziu-se muito. Mas estamos falando “a soberania nacional reduziu-se”, e o essencial é que foi uma redução também na soberania popular. São dois conceitos diferentes, mas que, no caso, estão ligados.

Ponto-e-Vírgula: A ideia de publicarmos um dossiê sobre crise política parte desta sensação de que o Estado-nação está em crise. Eu conheço as suas pesquisas sobre Thomas Hobbes. Gostaria de saber o que pensa sobre as ideias de Antonio Negri e Michael Hardt presentes na obra *Império*. Há ali uma análise de que o conceito de soberania, centrado em um território e uma população específica, se fragilizou por conta de uma multiplicidade de fatores que atuam sobre o processo decisório de um governante. O conceito de *Império* parte de uma multiplicidade de poder. E isso corresponde também a uma mudança nos governados, que deixariam de ser uma massa homogênea e passam a ser uma multiplicidade que os autores chamam de *multidão*. Eu tenho a impressão que os movimentos que têm eclodido ao longo do globo, pelo menos desde 2011 com a Primavera Árabe, são uma espécie de materialização desses conceitos, embora tenham escrito o livro antes e publicado em 2000. Você acha que falar em crise política tem a ver com essa quantidade de forças que passam a atuar sob o processo decisório, ou entende que são coisas distintas?

Renato Janine: Primeiro, a soberania nacional e popular nunca foi para todos. A quantidade de países efetivamente soberanos é pequena. Estados Unidos, China, não há muitos mais. Talvez você consiga soberania se tiver muito poder, como é o caso desses dois países, ou se tiver uma grande aliança, caso da União Europeia, mas que está em

forte crise; ou se você se isolar muito, o que talvez seja o caso do Butão. É difícil falar em soberania nacional. A soberania popular, que eu acho que é a grande questão, porque estamos partindo aqui de um ideal de democracia, nunca foi muito bem vista. E, desde que começa a haver Estados mais ou menos democráticos, com frequência se constitui um Senado. O que é o senado? É uma câmara revisora, eleita de forma diferente, às vezes vitalícia ou com um mandato mais longo, para evitar que a massa, o povão, as classes pobres tenham poder. Se em 1900, antes da reforma da Câmara dos Lordes, que reduziu seu poder, se elegeisse uma Câmara dos Comuns de esquerda no Reino Unido, a Câmara dos Lordes barraria tudo. Isso só foi superado quando o primeiro ministro, mais à esquerda, ameaçou inundar a Câmara dos Lordes com novos lordes, mais progressistas. Só assim os Lordes aceitaram perder seu poder de veto. Isto foi em 1911. Então, em primeiro lugar, há essas formas institucionais de conter a vontade do povo.



Em segundo, o bem conhecido poder econômico. No Brasil, temos um terceiro turno que dura quatro anos. Ou seja, terminadas as eleições, o governo precisa se dar bem com as forças econômicas. Se não o conseguir, haverá uma crise grande, como a atual, que é mais complexa do que o capital atacando o PT, mas que mostra um pouco disso: a soberania não se expressa de uma vez por todas nas urnas. Há uma multiplicidade de fatores atuando sobre a soberania. Vou me apropriar de um conceito que Althusser utilizava muito – um autor que teve um momento importante, mas hoje um tanto esquecido – ele fala em *sobredeterminação*. Há um conjunto de forças, mas uma é mais forte e *sobredetermina* as outras. Essa *sobredeterminação* se joga entre o econômico e o político. O econômico tem um peso forte, ele *sobredetermina*, mas o político em certos momentos consegue contrapor-se ao econômico, limitá-lo, reduzir seu peso. Não fosse assim, não teríamos tido o avanço da social democracia que basicamente é uma grande limitação à

economia capitalista por valores externos, em certos momentos até contrários, aos valores capitalistas.

Quanto à Primavera Árabe, mencionei-a num artigo sobre as manifestações de 2013² no Brasil. Quis discutir essas manifestações que começam em maio de 1968 e que não tem causa aparente. Quer dizer, seja na ciência política, seja na sociologia ou na história, costuma-se estudar o *processo* que leva a um determinado resultado. Vemos o PT e o MST crescendo, despontando, os defensores do *impeachment* crescendo, é possível notar um processo acontecendo. Mas há acontecimentos que são totalmente inesperados. Por que o fato de um homem pôr fogo em si próprio, na Tunísia, leva à queda do regime e a uma sucessão de mudanças no mundo árabe? Não há explicação. Não é essa a causa suficiente, porque ninguém via isso acontecendo. Pode ser uma falha de análise? Pode ser que os observadores não tenham percebido um processo em andamento? Pode até ser. Mas também pode ser o inesperado. Há fenômenos inesperados: Brasil de 2013, Bulgária 2013, Turquia 2013. Foram situações marcadas por esse tipo de eclosão que vai além do que a ciência política estuda. Têm um elemento forte de *happening*, um elemento forte de vida pessoal. Maio de 68 é um grande exemplo porque, quando eclode, a tendência das lideranças de esquerda, ou à esquerda do partido comunista é: “Vamos fazer a revolução”. Alain Krivine, Alan Geismar, todos eles eram trotskistas, maoístas etc., querendo fazer a revolução. O movimento deu errado na tomada do poder e deu super certo na reconfiguração das afetividades e da política no mundo todo. Criou-se uma marca diferente. Dou mais importância a essas eclosões do que a uma análise sociológica ou política tradicional. Não havia a ideia de processo, até o século XVIII. Antes de Durkheim, antes dos grandes sociólogos, antes de haver a sociologia, antes de haver as Ciências Sociais, veríamos quase todos os acontecimentos como surpresas, como acasos. Talvez, Montesquieu. O que há são acasos, acidentes. Voltaire conta que houve quase uma guerra por causa da posição das carruagens dos embaixadores em uma cerimônia em Paris: não lembro que país desfilou depois de outro e daí quase se chegou a uma guerra. Não levaríamos hoje a sério uma explicação – ou um acontecimento – destes. Quando surge a ideia de processo, ela dá maior seriedade aos acontecimentos. Se houve a Revolução Russa, houve um processo que levou a ela.

A Primeira Guerra Mundial é um grande problema, talvez, por ser uma situação entre o acidente e a necessidade. Por um lado, a Europa era um barril de pólvora, bastava

² O Brasil e a democracia de protesto, acessível em <http://www.revistas.usp.br/matrizas/article/viewFile/82933/85969>.

uma centelha para atear fogo em tudo. Mas se um maluco não tivesse matado o arquiduque, talvez não acontecesse nada. E para falar um pouco de relações internacionais, a maior façanha da diplomacia no século XX foi ser capaz de evitar que acidentes, desvios, descontroles arrebatassem o mundo. Do contrário, já estaríamos na vigésima guerra mundial, em apenas um século. Mas o imprevisto voltou a acontecer na história – ou voltamos a enxergá-lo. Esse imprevisto não volta à grande política, matando arquidukes, mas à interface entre o vivido e a política. Por exemplo, a pancadaria da polícia de Alckmin nos manifestantes em 2013, que as fortaleceu, o senhor que se matou na Tunísia e por aí vai.

Ponto-e-Vírgula: Estudando esses recentes movimentos que se apropriam da tecnologia como meio de organização, e observando a análise que faz Manuel Castells, é possível identificar que há um mínimo denominador comum entre todos eles, o *Occupy Wall Street*, a *Primavera Árabe*, os *Indignados*, e mesmo aqui, com as *Jornadas de Junho*. Podemos dizer que haveria uma crise de representatividade e a ausência de um líder formal. Você concorda com isso? Teria uma outra causa? Eu gostaria que você falasse sobre isso, sobre o conceito de representação. Sobre o que levou a essa crise.

Renato Janine: Vamos ligar as duas coisas. Na questão do líder, vamos analisar o estadista. O estadista é um líder muito específico. No século XX, eu reconheço quatro: Roosevelt, de Gaulle, Churchill e Mandela. Por que esses? Três deles, não por acaso, são os vitoriosos do lado democrático na segunda guerra mundial. Veja Churchill, um sujeito totalmente errado, que só tinha feito bobagem na vida, entre elas a criação artificial da monarquia do Iraque, que deu no que deu. Se esse homem, beirando os 70 anos, não tivesse afirmado fortemente que era preciso enfrentar Hitler, talvez o resultado fosse diferente. Roosevelt metendo-se na guerra, e De Gaulle, em 1940, mantendo o estandarte da França livre, e em 1958 reconfigurando a França, são grandes figuras. Mandela é outro tipo. É um herói mais estilo Gandhi, fazendo intervir na política um elemento muito humano, que os outros três não têm, que é o perdão. Quando assume o poder na África do Sul, o normal seria mandar a elite exploradora branca embora, como foi feito na Rodésia, atual Zimbábue. Não seria injusto. Mas o resultado para o Zimbábue foi catastrófico: desagregou o país e colocou um ditador horroroso no poder. O resultado para a África do Sul não pôs fim à miséria e à alta criminalidade, mas evitou um massacre. É um país aprendendo a conviver. O hino nacional tem quatro estrofes com trechos em cinco das

onze línguas nacionais. Para cantar o hino, precisa saber pelo menos um pouco de cada língua.

Mas o estadista é um líder que vai muito além do usual.

No Brasil, reconhecera como estadistas Getúlio Vargas e Lula. Eles reconfiguraram o país de maneira notável e progressista. Tivemos outros governantes bons: admiro Fernando Henrique Cardoso, mas ele mexeu no Estado, nas empresas, não mexeu na sociedade tanto como Vargas e Lula. Um dos traços que caracterizam um “hiper líder”, um estadista, é enxergar além dos representados. De Gaulle, em 1958, fala aos colonos franceses da Argélia, que depuseram um governo legítimo para colocá-lo no poder: “*Je vous ai compris*” – “Eu compreendi vocês”. Eles entendem “eu compreendi o que vocês querem”, é verdade, mas também é “Eu vos englobei”, “Eu vos anexeï”, “Eu coloquei vocês sob as minhas asas”. E, gradualmente, ele vai adotar políticas que eles não queriam, e assim vai salvar a França, apesar do milhão e meio de franceses brancos que viviam na Argélia, que terão problemas sérios por suas decisões. Rifou os colonos brancos da Argélia, mas salvou a França, bem maior que eles. Mas essa capacidade de enxergar longe é crucial. Em certos casos, a liderança supõe uma quebra com o representado. Em certos casos, mas sobretudo nos casos muito bem sucedidos. Se você consultar o povo para cada coisa, pode até ter pena de morte para homossexual...

Mas, além desses casos brilhantes e de exceção, de modo geral os representantes não representam bem os representados. Há uma queda extraordinária na qualidade dos representantes ou líderes. Na Europa Ocidental, talvez só Angela Merkel tenha perfil de líder. François Hollande, os espanhóis, os ingleses, os italianos não têm ninguém com esse nível. Vamos aprofundar este ponto. Líder, afinal, é sinônimo de *Führer*, de *Duce* ou, para lembrar o ditador fascista da Romênia, de *conducator*. Líder é quem conduz. A diferença dos nomes que mencionei para os “condutores” fascistas é que os primeiros conduzem democraticamente. Precisam ter farol alto, precisam persuadir e não apenas mandar. O líder deveria ser *mais*, mas o que temos hoje é que eles são *menos*. Vemos isso no Brasil. Tivemos um esvaziamento do poder executivo, a partir do momento em que Dilma descumpriu as promessas eleitorais de 2014 de maneira flagrante. Ela se enfraqueceu terrivelmente. Quem se fortaleceu nesse vazio foi Eduardo Cunha. Mas o relativo fortalecimento dele enfraqueceu o Congresso, com a desmoralização da Câmara que ele dirigia. Chegamos, em 2015, a ter os dois poderes eleitos no Brasil, os dois poderes propriamente democráticos, sem condições de liderar ou mesmo de representar a sociedade. Podemos repetir lugares comuns, dizer que foram eleitos sim, que nos

representam, que somos responsáveis. Concordo que foram eleitos. Mas acrescento: não representam. São mais fracos, menos interessantes, menos ricos, menos fecundos do que a sociedade que representam. Isso acabou, aliás, levando a Procuradoria Geral e o Supremo a preencher seu vazio. E para completar, como o próprio STF deixou de tomar decisões importantes – por exemplo, tardou cinco meses a afastar o presidente da Câmara – seu vácuo foi preenchido pelo juiz Sergio Moro. De onde vem a popularidade do responsável pela Lava Jato? Antes de mais nada, do fato de que age. A sociedade tem a sensação de que só ele tem a velocidade e a eficiência que se espera de todos, sem exceção, todos os atores públicos, mas que só ele demonstra. Vale a frase de Aristóteles, “A natureza abomina o vazio”, mudada para “A política abomina o vazio, o vácuo”.

Há uma fraqueza gigantesca, das instituições ou das lideranças, a ponto de muitos quererem Moro, como antes quiseram Joaquim Barbosa, como um possível presidenciável – papel que Barbosa recusou e Moro diz recusar também. Mas sua popularidade vem do fato de agirem. O que me preocupa é que essa escolha de juízes de pulso firme como líderes demonstre um desejo autoritário. Note bem, não estou dizendo que os dois juízes mencionados sejam autoritários, estou dizendo que há uma demanda por isso.

O Brasil é curioso. Por um lado, temos certa informalidade, com o carnaval por exemplo, mas por outro acreditamos que uma pessoa arbitrária, autoritária, que pratique até mesmo absurdos, possa salvar a pátria. Admiramos gente arbitrária, às vezes mal humorada, que destoa do brasileiro cordial, mas que justamente nos salva da condescendência, da irresponsabilidade que o coração traz. Aqui está o nó da crise da representatividade. Num momento como este, as saídas mal humoradas e autoritárias ganham em popularidade. É como se disséssemos: somos um fracasso como sociedade, cordiais em excesso que somos, por isso precisamos de uma transcendência, de uma intervenção, de uma prepotência que nos salve de nós mesmos. Precisamos de um Estado que nos proteja da sociedade fracassada que somos. Essa é a forma aguda que toma, no Brasil, um problema que hoje é mais ou menos mundial, porque a representatividade está em crise no mundo.

Fora do Brasil, veja o que sucedeu numa das três grandes democracias originais: quando Hollande sucede a Sarkozy na França, há um fraco sucedendo a um fraco. No Brasil, é pior ainda. Temos bastante corrupção e pouca eficiência no setor público, na sociedade temos uma pobreza que não existe mais nos países ricos. nossa situação é de emergência. Como conquistar a representatividade diante disso tudo? Isso, sabendo que esse congresso não votará nada que melhore a situação.

Ponto-e-Vírgula: Quando formulei a pergunta, pensei no Rousseau quando diz que a representatividade é impossível, que não se pode transferir a vontade ao representante. Trata-se de um procedimento que viabiliza a política, mas um representante não pode atuar em favor da vontade de milhões, exceto pela vontade geral. Para entender esse processo, é preciso cultura política e essa me parece ser uma peça nessa equação. Haveria então uma falta de cultura política, que eu diria que não é exclusividade do Brasil, e não é uma coisa que você possa fragmentar por diferentes classes e extratos sociais. Acho que é uma realidade geral da nossa época, e acho que seja um fator primordial para pensarmos a forma como a população muitas vezes descaracteriza os processos políticos, inclusive com cobranças muitas vezes irreais. Eu não sei se concorda que a ausência de cultura política é um fator importante e se enxerga outras causas além dessa que causam o esvaziamento do sistema representativo. Por exemplo, você mencionou o fato da Dilma ter feito promessas que ela não cumpriu. Se pensarmos bem, não poderíamos exigir que um candidato cumprisse o que ele prometeu em campanha independentemente de qualquer outro fator. Por quê? Pressupõe-se que uma vez eleito, ele irá discutir isso com seus pares e equipe e que outros pontos de vista irão surgir e que devem ser considerados no processo decisório.

Renato Janine: Mas se ele é do Poder Executivo, quem são os seus pares? Isso que você disse vale para deputado e senador, mas para presidente da República, quem são os pares? Você não está falando dos presidentes estrangeiros, você está falando dos outros atores da política brasileira, os outros grandes atores.

Ponto-e-Vírgula: Sim, uma vez que o representante ocupa o cargo para o qual foi eleito, ele passa a ter acesso a outras informações que talvez impeçam uma promessa de ser cumprida e, às vezes, isso deva ser levado em consideração. Agora, obviamente que isso pressupõe uma compreensão do processo de governabilidade que a população nem sempre tem.

Renato Janine: Sim. Vamos pensar, a esse respeito, em Lula e Fernando Henrique Cardoso. Os dois deixaram de cumprir coisas que prometeram, pelo menos não cumpriram na mesma velocidade. Fernando Henrique citava Weber, dizia que há a ética de princípios e a ética de resultados, os políticos precisam cuidar dos resultados e nem sempre esses princípios podem ser seguidos à risca. É engraçado que este discurso tucano, que relativiza

a ética dita de princípios, não seja utilizado contra o PSDB justamente nesse momento em que este acusa o PT de antiético. Mas é um discurso persuasivo. Até perguntei a FHC uma vez sobre as formas dele e de Lula de persuadirem, e ele respondeu: “a diferença entre mim e o Lula é que ele é mais afetivo e eu, mais racional” e agregou, “racional, apenas no nível do senso comum”. Eu vi Lula falando em Porto Alegre no Fórum Social Mundial, logo depois de sua posse. Disse àquele povo de esquerda que ia para Davos. Mas acrescentou: “Vou a Davos defender tais e tais pontos”: todas as suas promessas seriam cumpridas, mas não na velocidade em que gostaria. Foi o momento em que ele fez a metáfora da jabuticaba, que demora dez anos para que os frutos nasçam.

Os dois sabiam, um com Weber outro com a jabuticabeira, explicar que o governante não pode cumprir tudo o que prometeu. Então o que faz? Fala. Explica. E Dilma? Não falou nem explicou. Supondo que não soubesse, no momento da eleição, do tamanho da crise, ela deveria ter vindo a público e feito um pedido de desculpas. “Desculpem, não foi por mal, sou uma pessoa de bem, sou honesta”. Ela não sabia o tamanho da crise. “E peço a ajuda de vocês, peço a colaboração de vocês. Ao todo nós tivemos doze anos de avanços e um ano ou dois em que entramos em crise”. Isso deveria ter acontecido e esse era o discurso que eu tinha quando fui ministro.

Uma cobrança muito grande veio dos movimentos sindicais das universidades federais, especialmente de um sindicato majoritário entre os professores, e que queria que cortasse verba da educação básica para dar para eles. É uma coisa quase escandalosa, mas o governo não quis fazer uma contra-campanha. Eu queria expor isso e mostrar o caráter absurdo de uma reivindicação dessas, elitista. Mas não se formou, ao longo dos anos e anos de avanços sociais, gente capaz de perceber que esses avanços tinham sido frutos de políticas públicas e que em certos momentos talvez seja preciso ter que parar ou até recuar um pouco. Houve uma recusa de compreensão por parte da, assim chamada, esquerda. E faço questão do “assim chamada”. Porque ela queria continuar ganhando vantagens em um momento que não havia dinheiro, e se recusava a organizar alternativas dentro do possível. Isso, somado à falta de explicação presidencial, debilitou o governo Dilma.

Podemos dizer que o *impeachment*, no momento em que estamos (para começar o julgamento feito pelo Senado), decorre de um golpe conduzido pelas oposições. Mas é preciso dizer que os flancos foram escancarados para isto. O jornalista José Roberto Toledo uma vez escreveu que a confiança no governante era paralela ao crédito nas compras a prazo. Aumenta o crédito para as compras a prazo, aumenta a confiança no governante. Peguei essa ideia e mostrei que as duas palavras têm o mesmo significado. Crer, confiar,

acreditar, é tudo a mesma coisa. O que é confiar ou acreditar? É não ter certeza absoluta, mas ter crença. A confiança no governante, esses últimos anos, foi função, em parte, dos créditos a compras a prazo, foi fruto do consumo que o governante proporcionava. Não que esse consumo seja mero consumismo. Por exemplo, o governo Lula ampliou a linha branca. Eu diria que a linha branca, geladeira, fogão, máquina de lavar, é um direito humano hoje. Certo nível de acesso a bens duráveis faz parte da dignidade, só que isso não deve ficar no lugar da política. Daí, a crítica: não houve uma politização disso. Em São José dos Campos quando a presidente Dilma entregou as novas residências do Pinheirinho (eu estava lá para uma palestra), que tinha sido devastado pelo governo tucano de São Paulo, ela disse: “Vocês não devem isso a ninguém se não a vocês mesmos”. Está errado. Isso reforça a ideia de que o esforço individual conquista tudo, se possível com a benção de Deus, ao invés de se resolver as coisas coletiva e politicamente. A falta de cultura política do povo vem mais ou menos junto com um processo pelo qual um país carente entendeu que as questões se resolviam suprindo a carência, e não refletindo, pensando, meditando, questionando a carência. E isso vale de Fernando Henrique Cardoso a Dilma Rousseff. Houve menos política com ela. Mas nenhum dos três trabalhou de modo consistente para formar a cultura política, seja do lado do governo, educando, seja do lado da sociedade, organizando-se.

Ponto-e-Vírgula: Você acha que essa lacuna poderia ser suprida por um líder político? Um dos fatores dessa crise seria a ausência de líderes políticos hoje no país?

Renato Janine: Um líder político, nessa situação, corre muito o risco de se tornar um tutor. Quando a sociedade mostra um tal nível de iletramento, ou mesmo de analfabetismo político, o líder exerce o papel de quem diz às pessoas de que elas precisam. E não penso que isso seja tão bom. Aqui, penso no papel de Marina Silva. Ela seria uma das poucas profissionais da política, hoje, que poderia comandar uma reflexão diferente sobre a política. Não digo que seria uma reflexão suficiente. Há insuficiências no que ela propõe. Mas está acima de todos os outros profissionais da política que conheço, em capacidade de refletir. É pena que ela não assuma esse papel. Já a critiquei por isso, com todo o respeito que tenho por ela, mas isso se repete: em 2013 ela precisava assumir um papel, um discurso, talvez uma liderança. Ela me disse que ela e seu grupo tinham antevisto essas manifestações, do que duvido, porque o próprio desses protestos é serem imprevisíveis, e acrescentou que não queria ser oportunista, anexando os protestos a si.

É curioso, parece que “caem no colo” as chances para ela, mas ela não as aproveita. Na candidatura de 2014, ela mais defendeu o Banco Central independente, do que falou sobre aquele que seria seu grande tema, a sustentabilidade na economia. Como tinha vários economistas ex-tucanos do lado dela, podia acrescentar, ao que eles dissessem, que tem de haver uma economia sustentável. Por exemplo, uma economia que nunca mais permita que ocorra o desastre ambiental em Mariana. Mas ela, por alguma razão, não ocupa o lugar que lhe está escancarado.

Ponto-e-Vírgula: Faltou virtude diante da fortuna.

Renato Janine: É fortuna sem virtù. Nossa saída, hoje, não é pensar nos líderes que já estão na política. Nossa saída é abrir um espaço grande de discussão política que não se resuma no dueto PT-PSDB, tendo o PMDB como o grande beneficiário de tudo. Que não se limite a discutir se é contra ou a favor do *impeachment*. O Brasil ficou num maniqueísmo que não ajuda em nada. O erro dos petistas na campanha contra o *impeachment* foi ignorar a necessidade do crescimento econômico. Sem crescimento econômico não há políticas sociais, ou seja, sem crescimento econômico não há PT. Do lado do PSDB e PMDB, há um descaso pelas políticas sociais por vezes assustador. Deixam isso tão em segundo plano, pensam no arrocho sem colchões, que preocupa. E ainda o tema da sustentabilidade, mas que não chega à sociedade, embora o lugar esteja todo aberto para ele. Então o que temos que fazer? A sociedade tem que criar esse debate. E esse é também um papel dos intelectuais desde que não se metam na bobagem *gramsciana* de serem intelectuais orgânicos, ou seja, porta vozes de interesses políticos, cegos à realidade.

Ponto-e-Vírgula: Então teríamos de assumir a falência dos partidos políticos para criar novos fóruns de deliberação?

Renato Janine: Falência eu não sei, mas temos que passar por um período que não é curto, talvez não se resolva até 2018, mas é um período de repensar o Brasil. Precisa haver desenvolvimento econômico, mas não pode ser só *commodities* e não pode destruir o meio ambiente. É preciso priorizar, como efeito do desenvolvimento econômico, políticas sociais. Mas as políticas sociais não podem ser benesses dadas sem contrapartida. É preciso estabelecer contrapartidas. É preciso tornar o ensino público realmente público.

As pessoas fazem uma confusão lamentável entre público e gratuito. Ensino público se resume, na voz da maior parte das pessoas que o defendem, em ensino gratuito. Não é isso. Ensino público é o ensino para o bem da sociedade. Se temos hoje cerca de 20% dos estudantes universitários em universidades públicas, não vemos a menor chance de ampliar esse número para 100%, aliás hoje nem para 30%. Talvez daqui a alguns anos. Teremos ensino universitário privado ainda por muitas décadas. Ora, o importante é que o ensino público forme um médico, um engenheiro, um advogado, conscientes de sua responsabilidade social. Não temos isso. Nossos estudantes universitários privatizam o diploma. Ganham o diploma e vão tentar ganhar o máximo de dinheiro possível com ele. É pior que nos Estados Unidos. O estudante norte-americano sabe que deve alguma coisa à sociedade, e à universidade, inclusive. Eles doam. No Brasil, é raríssimo doar à universidade. É uma privatização extremamente ruim, pior que a privatização de uma universidade. Temos centenas de milhares de estudantes saindo da universidade pública todo ano, e uma maioria esmagadora deles vai fazer um uso privatizante do que aprendeu. Não pensa em devolver para a sociedade. Isso faz parte da falta de cultura política. É o “cada um por si”. É um individualismo em um grau elevado. O Brasil tem sua sociabilidade alegre, cordial, mas mostra um individualismo feroz na apropriação dos bens que deveriam ser públicos, como o conhecimento e a educação.

Ponto-e-Vírgula: Isso parece ser um paradoxo. Porque todo o desenvolvimento das democracias contemporâneas parece ocorrer dentro da ideia de um individualismo, como previu o Tocqueville. A ideia de você ter um mundo do trabalho que empurra as pessoas para projetos pessoais e que relegue as questões coletivas ao político profissional. Parece haver no projeto liberal uma valorização do anonimato, do individualismo. Seria preciso pensar como viabilizar hoje a recuperação, parafraseando Benjamin Constant, daquela liberdade dos antigos.

Renato Janine: Mais ou menos. Eu concordo até certo ponto, mas as sociedades que conheço melhor, a francesa e a norte-americana, têm também uma forte organização coletiva. Na França, toda vez que algo é percebido como injustiça, se constitui um *comité de soutien*, um comitê de apoio. Funcionam em alguns casos, por exemplo, contra a expulsão de uma pessoa, contra a destruição de alojamentos sociais etc. Nos Estados Unidos, há a preocupação de doar ao coletivo, existe um vastíssimo setor que chamam de filantropia, e há o elemento individualista, mas temperado por valores fortes. Esse

é o valor da república na França, o valor dos direitos humanos, enquanto nos Estados Unidos os valores são mais difusos, às vezes até religiosos, mas implicam um nível de solidariedade. não é tão individualista assim.

No Brasil esses valores que rumam para o público são fracos. Não conseguimos converter nosso individualismo em empreendedorismo ou em espírito de empresa. Usarei termos que não são de Constant ou Tocqueville. Democracia, até hoje, é um regime que só existe no capitalismo. Um de seus ingredientes é um individualismo empreendedor. Uma liberdade de escolha, inclusive na área do trabalho, de geração de riqueza, de geração de renda. No Brasil, esse lado é fraco, e o lado do individualismo predatório é forte. Democracias consolidadas conseguiram civilizar o individualismo por meio de valores. Ele é menos predatório que o nosso. Até porque nosso individualismo predatório é em grande parte infecundo. Não gera uma economia próspera, não gera uma democracia bem-sucedida.

Ponto-e-Vírgula: Quando falei da falência dos partidos políticos, eu pensei em um autor de quem gosto bastante que é o Bernard Manin. Ele fala sobre a substituição dos partidos políticos e sindicatos, como instituições de mediação entre governantes e governados, pelos meios de comunicação. Mas um meio de comunicação tradicional não pode cumprir com o mesmo papel que um partido político porque ele não é uma instância de debate. Ele tem uma verticalidade na comunicação, então funciona como um *gatekeeper*, um filtro nesse diálogo entre governantes e governados, e isso facilitaria então processos de dominação. Ocorre que, de uns tempos para cá, a própria mídia tem se reconfigurado pela presença da internet. Então, quando a gente mencionou aqui a ideia de se ter a criação de novos espaços para debate, será que a internet poderia ser esse lugar? Esse fórum de discussão?

Renato Janine: Considero essa análise dos partidos políticos equivocada. O partido político no Brasil, e vou frisar, no Brasil, não é um espaço de debate, ao contrário da França e dos Estados Unidos. Nossos grandes partidos políticos se mantêm, um à custa de ser uma pluralidade sem projeto que é o PMDB, e outros que só escolhem candidatos pelo “dedaço”, são PT e PSDB. Não temos vida partidária, nem discussão partidária.



Fotos: Sofia Cherto

Ponto-e-Virgula: Só para esclarecer: a análise do Bernard Manin não é sobre o Brasil, mas sobre as democracias ocidentais em geral.

Renato Janine: Entendi, mas estou querendo notar que aqui isso não se aplica. E, à volta desses três partidos centrais, há o que Alberto Carlos Almeida chama de “todo mundo tem direito de ter um partido para chamar de seu”. Ou seja, se nós dois estivermos num partido, mesmo pequeno, se eu e você brigarmos, não iremos a uma convenção resolver isso, como ocorre na disputa norte-americana para decidir o candidato. Criaremos um ou dois novos partidos. Daí que nossa vida partidária seja tão fraca. Mesmo os maiores partidos não têm debate algum.

A hipótese de o Lula ser o provável candidato de salvação do PT em 2018, quase 40 anos depois de ele ter fundado o partido, é um risco para a vida do partido. Mostraria sua cabal não renovação. Em suma, nossa experiência com partidos é de uma verticalidade pronunciada, diferente da França e dos Estados Unidos. Eles conseguem algo que no Brasil é difícil: debates até mesmo ásperos, mas sem a destruição do outro. No Brasil, um debate bem menos tenso do que Obama-Hillary ou Hillary-Sanders levaria a uma ruptura de partido, mesmo que depois eles fizessem uma coligação – só que entre partidos diferentes e marcada por algum oportunismo. Esse é um sério problema da nossa cultura política: dificuldade de fazer um debate produtivo. Nosso debate é ofensa, é agressão. Nossa estrutura é muito vertical.

O jornalista Cristian Klein mostrou, no Valor Econômico, o volume extraordinário de diretórios municipais de partidos criados por intervenção da executiva nacional. No PV (Partido Verde), por exemplo, eram quase todos. Os partidos que tinham mais diretórios

eleitos eram o PT e o PMDB. Então PT e PMDB eram partidos mais *grass-roots* do que o PSDB, e o PV nem se fala. Por isso, a substituição do partido pela mídia não tem o mesmo sentido que em outros países do mundo. Não é um mecanismo que funcionava bem e está entrando em crise, certamente também por seus vícios de origem. Já não funcionava bem. A mídia tem uma importância grande, mas há dois problemas. Primeiro, o interesse. Os grandes jornais têm cada vez menos leitores. A mídia televisiva ou de rádio, quando fala de política, é de maneira superficial. Praticamente não debate. Há programas na Globo News, em que participam apenas pessoas que pensam igual. Qual o interesse de assistir a isso? Aí entra a internet, mais plural em diversidade de veículos, mas não é plural dentro do mesmo veículo (ou portal ou blog). O *Facebook* tem um algoritmo que faz você só ler quem pensa parecido com você. Dentre meus quatro mil e tantos amigos, devo ter gente que defende estupro, ditadura, tortura. Nunca os vejo e eles nunca me veem. Esse fenômeno de narcisismo, de só ver quem é parecido, do ponto de vista político, é infecundo e esterilizante. A maior parte de meus conhecidos no FB é de esquerda, então tenho amigos que postam 30, 40 vezes por dia atacando a direita, e alguns outros postam igual número atacando o PT. Bom gosto, mau gosto, verdade, mentira: tem de tudo. O que penso quando vejo essas pessoas é que não convencem ninguém que já não esteja convencido. O *Facebook* virou um gigantesco aparelho de fidelização. O único objetivo é não deixar que você saia da linha certa. Quando alguém destoa, pouco que seja, vem uma multidão de patrulheiros.

Há pouco tempo uma mulher me disse que às vezes digo coisas que são “perigosas”, ou que eu não sou uma pessoa firme na defesa das ideias que eu deveria ter, segundo ela. Eu havia dito que o sucesso de Temer dependia de ele trazer resultados econômicos logo. Aí, quase todos responderam: “O Temer não é legítimo”. Mas, legítimo ou não, sinto muito, vai ter poder quem melhorar o bolso dos brasileiros. Só que aparece quem não entende nem isso – quem quer fidelização, quer partidarização, mas tem horror de discussão.

Ponto-e-Vírgula: E a internet como meio de mobilização?

Renato Janine: Funciona, mas funciona para os que já estão persuadidos. Por exemplo, aquela revolução do *Twitter* na Moldóvia, em 2009. O que aconteceu? O governo roubou as eleições descaradamente. Pelo *Twitter* foram convocadas manifestações que reuniram verdadeiras multidões. O governo reprimiu-as com violência mas acabou tendo

que convocar novas eleições, nas quais perdeu a maioria. Mas como 140 caracteres mobilizam? Cento e quarenta caracteres não possibilitam uma reflexão, mas mexem com centenas de milhares de pessoas, desde que estejam convencidas de uma coisa. Aí é só colocar fogo na pólvora.. Mas, fora raros casos, não sei se alguém se convence pela internet, ou pelo *Facebook* especificamente.

Ponto-e-Vírgula: Concordo totalmente com o que você está dizendo.

Renato Janine: Estamos falando de rede social, não estamos falando da internet no geral, certo?

Ponto-e-Vírgula: Sim, são as Tecnologias de Informação e Comunicação, incluem-se também os blogs. Considere a internet pelo seu potencial de transformar o emissor da comunicação em receptor. Com isso, algumas informações que talvez nunca fossem divulgadas passam a ser públicas.

Renato Janine: Isso sim é fabuloso. É possível desmontar mentiras, reduzir o desequilíbrio do discurso político. Tudo isso é muito positivo da internet. Apenas usando um computador, um indivíduo tem um poder de aceno grande. Por exemplo, eu tinha 25 mil seguidores quando fui nomeado ministro, passei a 50 mil nas primeiras semanas, hoje tenho 102 mil seguidores. Não quer dizer que 102 mil pessoas me sigam realmente, mas quer dizer que é um horizonte razoável de pessoas que podem ter acesso ao que eu publico. Porque nem todos veem as postagens das pessoas que estão seguindo.

Mas o que você disse vale para desmentir certos fatos, mas bate numa barreira muito alta, que é a barreira dos valores que as pessoas têm. Esses são quase intransponíveis. Acho muito difícil convencer pelo *Facebook* – ou pela Internet ou por qualquer veículo de mídia – um petista fanático de que a política econômica da presidente Dilma Rousseff foi ruim, ou convencer um antipetista absoluto de que os programas sociais do PT foram a melhor coisa que se fez no Brasil, em termos de política. Nesse sentido o debate político não avança. Mas é possível desmentir. Por exemplo, quando eu era ministro a TV Globo divulgou uma reportagem em que uma bolsista atacava o programa “Ciência sem Fronteiras”³. Era uma mentira: na verdade, ela elogiou o programa, mas suas declarações

³ A estudante de Medicina Amanda Oliveira usou a sua página pessoal no Facebook para desmentir uma reportagem exibida pela TV Globo sobre o programa Ciência Sem Fronteiras. A matéria do ‘Bom Dia Brasil’ tratou do problema no repasse de dinheiro para alunos que estão nos Estados Unidos.

foram editadas de modo a parecer o contrário. Ela denunciou prontamente o caso e isso bombou na internet. No dia seguinte, a Globo teve que colocar seu principal âncora para fazer um desmentido na TV. Isso seria provavelmente impossível sem a internet.

Ponto-e-Vírgula: Olhando o caso brasileiro e a crise política pela qual estamos passando agora, será possível identificar elementos de semelhança entre o atual momento que vivemos e o golpe de 64?

Renato Janine: A grande semelhança é mostrar que o peso do conservadorismo no Brasil continua forte e que ele tem a hegemonia. Essa é a grande semelhança. Em decorrência disso, o governo eleito, mesmo que eleito com base em promessas não cumpridas, foi retirado do poder para dar lugar a uma política francamente derrotada, sem haver uma nova eleição. Essa é a grande semelhança. O fato de não haver uma forte presença militar é uma grande diferença. Porque as pessoas que comparam os dois momentos às vezes não compreendem o que a repressão militar significou em termos de opressão as liberdades. A repressão às liberdades de expressão, de organização tem sido pequena. É claro que a situação pode se agravar, mas não vejo um cenário de volta dos militares ao mando. Essa é uma diferença importante. Uma segunda diferença é que as formas constitucionais foram todas respeitadas, quer dizer, há vários pontos contestáveis, mas a letra da constituição foi respeitada. Podemos discordar quanto ao espírito, mas a letra foi obedecida.

O grave é que, no fundo dessa crise, ocorre um racha entre pessoas comprometidas com os direitos humanos. Esse é um problema sério. Desde 1993, temos a grande oposição entre PT e PSDB. Isso foi bom porque nenhum candidato de direita ou de extrema-direita foi viável à presidência desde então. Passamos 20 anos tendo candidatos melhores que a média anterior. As pessoas podiam não gostar de algum deles, mas dizer, como já ouvi de alguns, que a eleição de um petista ou tucano seria uma ameaça à democracia é ignorar o que é democracia. É entender que só é democracia quando o seu lado ganha. Sumiram protagonistas como o Maluf e ACM, e isso foi bom. Tínhamos duas lideranças de certa qualidade.

O ruim é que essas lideranças foram se contaminando, por aliados que não eram preocupados com seus valores. E o pior foi esse resultado final, essa guerra civil verbal entre PT e PSDB, briga tão mortal que leva um terceiro a assumir o poder no lugar deles, que é o PMDB. Eu não diria que todos os que defendem o *impeachment* são contra os

direitos humanos, isso é um absurdo. Entre os defensores do *impeachment*, há petistas decepcionados, um fenômeno que precisa ser muito mais estudado do que já foi. É preciso compreender como foi a decepção com o PT. Na classe média, na classe acadêmica, como foi a decepção com ele? Uma decepção, sobretudo, ética. Há também pessoas que ficaram horrorizadas com a crise econômica e com a atitude de Dilma Rousseff em relação a ela. Não há um racha exatamente como o de 1964. Mas o terrível é que esse processo desmoralizou a política e desmoralizou o Brasil. O Brasil, internacionalmente, ficou desmoralizado.

O *impeachment* vai ser julgado quase ao mesmo tempo que os Jogos Olímpicos. É difícil um chefe de Estado estrangeiro vir para cá prestigiar isso correndo o risco de que a presidente Dilma seja absolvida e de que ele tenha queimado as relações com o Brasil por conta de um presidente provisório. Isso ainda que a maior probabilidade, devo dizer, seja que Michel Temer continue. Derrubar o *impeachment* não vai ser fácil. Mas Temer fica em situação parecida com a dos governantes do Paraguai e de Honduras depois de seus respectivos golpes. Golpes constitucionais, devo lembrar: nos dois golpes foram cumpridas as constituições, a paraguaia e a de Honduras. O que fizeram os demais países? Colocaram os países na geladeira. Não romperam relações, mantiveram negócios, reconheceram as eleições organizadas por estes novos governantes e restabeleceram relações plenas quando tomou posse o novo governante. Não defenderam os governantes derrubados a ponto de romper relações, mas tampouco prestigiaram quem os substituiu.

O Brasil é muito importante para ser isolado do mundo. Mas não acredito que nos próximos anos tenhamos uma política diplomática em velocidade alta. A própria indicação do senador José Serra para o Itamaraty aponta que o interesse principal será o comércio, porque é isso o que dá para esse governo fazer, e por sinal isso é importante. Agora, iniciativas maiores, como esse sonho que temos desde FHC de conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança, podemos esquecer e, talvez, para sempre. Projetar o Brasil no Terceiro Mundo, como Lula e Celso Amorim fizeram, o novo governo não quer. Já do ponto de vista interno, a crise política passa a ideia de que, se o cidadão não está satisfeito com o resultado eleitoral, não tem razão para aceitá-lo. Ou seja, desmoralizam-se as regras do jogo, que são fundamentais na vida social, e em especial, na democracia. Por exemplo, depois que líderes petistas foram insultados em restaurantes, como se pode dizer que é errado esbrachar um líder golpista em um avião? Deixou de ser. Condutas erradas foram aceitas e até incentivadas. Este é o ponto terrível a que nós chegamos. Muito ruim.

Ponto-e-Vírgula: Você disse que acredita que o governo Temer permanece. Você acredita na hipótese dele sofrer *impeachment* também por conta do processo no Tribunal Superior Eleitoral ou algum desdobramento da Operação Lava Jato?

Renato Janine: Desde que começou esse movimento para tirar a presidente Dilma Rousseff, tive uma convicção absoluta: não se tira Michel Temer do poder. O PMDB não cai. Por isso nunca acreditei no processo de cassação da chapa pelo Tribunal Superior Eleitoral, porque o processo no TSE tiraria Temer. O PMDB é articulado com todas essas estruturas de poder pelo país, montou boa parte delas. Outro ponto seria a ideia de *Diretas Já*, que Dilma propôs recentemente. Aqui se dividem os *facebookers* de esquerda, que são contra, e o PT, que oscila.

Mas Dilma e o PT demoraram muito, e isso por quê? Em agosto de 2015, quando eu era ministro, soube da ideia de colocar Lula como ministro, ou seja, de passar a ele a direção do governo. Naquela ocasião, quando os empresários eram contra o impeachment e admiravam Lula por sua histórica capacidade de negação, teria sido uma saída. Não ocorreu, porém. Quando ele realmente aceitou, em março de 2016, era tarde demais. O espantoso é que essa crise está aí há quase dois anos sem ter havido um esforço forte de negociação. Consta que Fernando Henrique Cardoso se recusou a receber emissários do governo. Ouvi isso de fonte não petista, longe disso. Dilma Rousseff também não tem feito conciliador. Quando ganhou a eleição, Aécio Neves a cumprimentou e ela não retribuiu a gentileza no discurso da vitória. Perderam-se inúmeras oportunidades.

A falta de negociações entre os lados, como disse antes, vem junto com um fato: paira sobre todos os atores o espectro do judiciário, do mundo jurídico, do TSE, do TCU. Tão pequena foi a vontade de negociar, que surgiu ainda um medo de negociar: o receio de, no meio do processo, um ator importante ser preso. Depois de se prender um senador em exercício de mandato, de suspender o mandato do presidente da Câmara dos Deputados, a única coisa que podemos saber que o Supremo não fará será prender o presidente da República ou o do próprio Supremo. Poderá prender o chefe do Poder Legislativo? Não creio, mas tudo se torna possível. É uma situação em que os atores não sabem o que negociar. Por isso, minha tese é que temos que discutir muito, e temos que discutir muito um projeto para o Brasil. Sairemos mal da crise se continuarmos só no jurídico. Confinar toda essa discussão ao jurídico tem um lado de mentira. Os senadores não votam por teses jurídicas. Votam por interesses políticos.

Ponto-e-Vírgula: Como você avalia o atual governo do presidente interino Michel Temer? Quais as perspectivas que você visualiza para o desenrolar da atual crise política no Brasil?

Renato Janine: Temer compôs uma equipe econômica séria, competente. E isso independentemente do mérito das políticas. A área econômica foi blindada. Mas, para blindar, fez um restante de governo que é duvidoso. Tanto que substituiu dois ministros em dias. Corre o risco de ter ministros presos. É um governo fraco nesse ponto. Todas as suas fichas estão na economia. Se conseguir uma retomada econômica razoável, estará salvo. Se conseguir que o *impeachment* seja julgado logo, enquanto tem um esboço de lua de mel, pelo menos com o capital, ficará no poder. Mas, como o preço das medidas econômicas é um arrocho, vai propiciar maior desemprego e menor poder de compra, portanto, sua popularidade pode cair bastante.

Já, se a presidente Dilma continuar fazendo esse *Brazil tour*, que tem sido bem sucedido, pode conservar o mandato e acabar o governo Temer. Esse seria o pior cenário possível pra ele e para a direita. O problema é que Dilma não desperta confiança nos investidores e na maior parte da população. Por isso, sua volta também não representa uma solução. É por isso que digo, faz tempo, que nem o *impeachment* nem a derrota do *impeachment* são soluções. As soluções teriam que vir com novos projetos, talvez com novos atores, mas sobretudo com algum acordo político, que não fosse só jurídico. Acho importante dizer que não presenciei um protagonismo empresarial do *impeachment*. Pode ser que tenha havido. Houve empresários envolvidos com o *impeachment*. Mas o principal líder empresarial envolvido no *impeachment*, Paulo Skaf, já não é empresário. Vendeu sua indústria. Faz uso político da FIESP. O presidente da CNI, Robson de Andrade, apoiou Dilma quase até o último momento. O banqueiro Roberto Setúbal também era contra o *impeachment*, para não falar em Kátia Abreu, presidente licenciada da Confederação Nacional da Agricultura, que apoiou Dilma até depois do fim. Mas nas últimas semanas, quando percebeu que não havia mais jeito, a maior parte do PIB foi para o lado de Temer – exceto Kátia Abreu. Mas, até esse momento, a preferência era outra. Por quê? Porque creio que o capital precificou a turbulência que poderia acompanhar o governo Temer. Só desistiram quando viram que o PT não tinha nenhum projeto para esse lado. Na entrevista de Thomas Traumann, ex-ministro de Dilma, à BBC, ele critica a comunicação dela Dilma, e termina dizendo: “É possível mudar? Agora é tarde”. Esse é o maior problema. O PT está sabendo lutar na retranca, mas não soube manter a ofensiva. Está sabendo

agora marcar uns pontos. A questão é saber se é tarde ou se ainda consegue algo. Qual o horizonte que oferece? O horizonte Dilma não é um horizonte popular.

Ponto-e-Vírgula: Recentemente você ocupou o cargo de ministro da educação. Como foi a experiência de participar do primeiro escalão do governo? O filósofo político, conhecedor das principais teorias de Estado, pôde identificar em seu cotidiano de ministro os elementos que apontavam para o agravamento da crise ou até mesmo para a derrocada do governo Dilma?

Renato Janine: De fato, para quem pensa a política, a oportunidade de exercer um cargo político é importante, eu diria, devia ser quase mandatória. Ela tira você do *blá-blá-blá*. Uma coisa que me impressiona, sobretudo nos grupos que se dizem mais radicais, é a ignorância. É muita ignorância. Eles não sabem como as coisas funcionam. Há um velho mote da esquerda que é: “precisa ter vontade política”. Vontade política geralmente quer dizer: Não tem dinheiro nem votos, mas a vontade política vai fazer milagres. Tanto que uma coisa que a esquerda adota como mantra toda vez que está perdendo votos é: “tem que radicalizar”. Mas, quando você exerce um cargo, percebe o quão difícil é tudo. A dificuldade é enorme. A equipe era boa, mas o diálogo com a presidência, inexistente. A presidente me recebeu três vezes no mês de junho, quando conversamos bem, mas não chegamos a conceber políticas. Foram as únicas audiências que tive com ela, tendo assumido em 6 de abril e tendo deixado o cargo no começo de outubro. Diálogo, às vezes, ocorreu com o ministro Aloizio Mercadante, mas foi rápido, sumário. Políticas do Ministério de Educação não foram passíveis de se discutir num plano mais alto. O tema do ano todo de 2015 foi a falta de dinheiro. O tempo todo havia a notícia de mais uma falta de dinheiro. O MEC deve ter uns R\$ 130 bilhões de orçamento por ano, dos quais uns R\$ 40 bilhões são discricionários. O restante é, na maior parte, a folha de salário, não há como cortar. Dos R\$ 40 bilhões é possível cortar, mas eles incluem bolsas. Incluem todo o custeio das instituições que pertencem ao MEC, então não há como parar de pagar água, luz, telefone, bolsa para pós-graduando, para aluno de iniciação científica. Você pode, quando muito, adiar algumas despesas, como construção, mas a discricionariedade não é tão grande. Dos R\$ 40 bilhões, R\$ 28 bilhões foram gastos e R\$12 bilhões foram cortados. Depois que eu saí, para este ano (2016), o orçamento propunha R\$ 26 bilhões. Depois de uma inflação de quase 10% ao ano, o orçamento discricionário caía mais dois bilhões de reais – e, se considerarmos a inflação, caía quase 5 bilhões.

Este problema da falta de dinheiro acabou tomando conta de todo o resto. Tentei, e achava que este era o ponto em que eu poderia melhor agir, fazer um discurso de persuasão, abrir um espaço de discussão e um dos pontos era esse: Houve 12 anos de avanços notáveis, mas durante um ano é preciso apertar os cintos, vamos utilizá-lo para aprimorar a qualidade dos programas existentes e escalonar o que não se pode gastar para quando a economia voltar a crescer . . Parar obra tem um custo, é preciso lacrá-la, não é uma coisa boa. Nós adotamos critérios de que o que estava 70% construído seria completado. Mas começou a faltar dinheiro até para isso.

Outra coisa que aprendi: a educação tem muitos *players* no Brasil. Há *players* que se entendem: a União, Estados e municípios, secretários estaduais, secretários municipais, se entendem razoavelmente. Claro que a União era mais cobrada para dar dinheiro para eles. Tinha cobrança, mas um certo entendimento. Existem, vamos dizer, os *players* que dão dinheiro e os *players* que gastam. Com esses é mais difícil, e vai das universidades públicas federais, até os sindicatos de professores e funcionários. É muito difícil porque aí sempre se ouve um discurso de demanda e muito dificilmente um discurso de economia. Em certos momentos eu me perguntava: “o que Churchill faria?”. O que ele faria numa situação como aquela? Porque senti que o Brasil estava entrando em uma economia de guerra. Uma economia em que é preciso cortar inúmeras coisas, mas muitas mesmo.

Essa consciência as pessoas não tinham – ou não queriam ter. Era impressionante. Só em setembro parece que meus interlocutores perceberam que havia de fato uma crise. Antes disso, literalmente eu tinha a impressão de que as pessoas não se informavam. Ou talvez acreditassem que havia dinheiro escondido. A demanda era só essa: dinheiro. E era uma coisa preocupante, pois se tratava da relação com o dinheiro público. Porque dinheiro público não é para ser desperdiçado. Infelizmente, mesmo muitos dos que se consideram progressistas e de esquerda têm uma relação com o dinheiro público que é de desperdício.

Por exemplo, ar condicionado, luz acesa. Essas coisas que a gente aprende, ou pelo menos que aprendi quando criança: não deixar todas as luzes da casa acesas. Em prédio público, tudo fica aceso. Havia uma passagem do meu gabinete para outro lugar que tinha um vidro e essa passagem ficava o tempo todo com a luz acesa. Todo dia eu chegava e apagava. É uma bobagem, são 100 *watts*, mas durante um dia dá mais de um *quillowatt*. Essa despreocupação com o bem comum é espantosa. Veja este exemplo que dou, do desperdício de luz, calculando mais de 200 campi que temos, entre universidades federais e os institutos federais, seria possível economizar dinheiro para fazer algo significativo.

Não resolveria o problema da educação, mas teria efeitos reais e também pedagógicos. A questão é que se tem pouca noção do valor do dinheiro público. Este é mais um caso em que o compromisso coletivo me pareceu baixo.

E constituíram-se feudos. As políticas do PT para a educação foram muito boas, mas constituíram feudos mais ou menos intocáveis. Veja o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), bolsa voltada para a formação de docentes, uma iniciativa inteligente do ministro Fernando Haddad. O PIBID tinha um número alto de bolsas, eram 97 mil no ano de 2016. O PIBID melhorou a qualidade da formação de docentes em quase todos os pontos, êxito festejado. O ponto que deu menos certo é que os formados pelo PIBID não foram dar aula na rede pública. Apenas 18% deles. Falhou no que era seu objetivo mesmo. O presidente da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) que eu nomeei, Carlos Nobre, descobriu que 18% vão para a rede pública, os outros não. Provavelmente os salários da rede pública não bastavam para atrair os melhores alunos, e isso embora o governo Lula tivesse criado um piso nacional mínimo para a docência na rede básica dos Estados e municípios. Ou seja, havia um problema na aplicação. Isso o que mostra é que as soluções não são simples. Muito se conseguiu, mas o ajuste entre as várias medidas não é trivial, e requeria, como há de requerer, medidas adicionais, que precisavam do apoio e da adesão de todos os que trabalham com a educação – educadores, funcionários, alunos. Isso não era fácil.



Pois bem, nessa ocasião o coordenador do PIBID na CAPES mandou uma circular a todo o seu *mailing list* dele, milhares talvez de coordenadores de cursos, dizendo que a CAPES iria cortar todas as verbas do PIBID, mais que isso, todas as bolsas, parar de pagar tudo, de um momento para o outro. Isso foi em julho. Essa pessoa que fez isso, eu mandei demitir. Mas veja a irresponsabilidade. Há um tipo de cultura que é a seguinte:

durante anos o MEC teve dinheiro, que foi bem gasto de modo geral. Mas isso significava que a oferta de dinheiro, de bolsas, deixava todo mundo feliz. E na hora das dificuldades, o que se fará? As pessoas mais aptas a saber o que era prioridade, o que não era, o que podia ser cortado com menos danos, eram justamente as que tinham, nos anos anteriores, distribuído os recursos. É fácil, nessa hora, sair de cena atirando. É fácil desfrutar do prestígio do dinheiro público abundante e recusar a responsabilidade quando esse mesmo recurso falta.

Por isso mesmo, em cargos como o que ocupei, o político acaba tendo um certo êxito. Ele tem, por experiência, um estômago de avestruz. Quando você é acadêmico, como me perguntou da minha experiência, é mais complicado. Porque coisas assim te revoltam. Você considera injusto agir deste modo.

Por exemplo, no meu primeiro fim de semana como ministro, li uma mentira a meu respeito na *Folha de S. Paulo*, escrita pelo correspondente em Belém do Pará, que afirmou que eu voei de jatinho de Brasília para São Paulo para passar o fim de semana, violando uma regra da presidente Dilma. Era mentira, porque eu tinha vindo na sexta-feira de manhã para trabalhar. E a mentira continuava, dizendo que a *Folha* tinha tentado me procurar. Eles têm meus telefones e e-mail há décadas. Essa dupla mentira causou em mim um incômodo que um político não teria. Com seu estômago mais preparado, ele pede para retificar e pouco se importa. Apesar disso, não tenho grandes queixas da imprensa. Houve alguma maldade, mas pequena, se comparada com outras pessoas. No fim, como acadêmico, fui muito mais respeitado do que os políticos costumam ser. Mas paradoxalmente o acadêmico tem um nível de exigência mais forte. O mundo dos valores acadêmicos é diferente desse mundo mais duro da política. Não esqueça, aliás, que a obra de Weber tão citada por Fernando Henrique contrasta os valores do político, sim, mas não com os valores do indivíduo privado, mas com os do cientista. Cientistas, acadêmicos, intelectuais têm esse nível diferenciado.

A política não é um mundo fácil, nem para quem a estudou teoricamente existe. Você tem que jogar, aprendi a jogar e teria continuado jogando esse jogo. Eu pensava que no ano passado, depois de tantos anos criando programas sociais voltados à educação, era o momento de costurar os programas existentes. Na verdade, pensava que a presidente Dilma deveria ter feito isso desde o primeiro ano de mandato. O presidente Lula foi extremamente audacioso, beneficiando-se do *boom* das *commodities*, mas aplicando o dinheiro obtido com critério. Criou muita coisa nova, mas era preciso rever falhas, articular melhor o que não dialogava bem entre si. Pensei que a presidente Dilma, com a

fama de gestora, fosse fazer essa articulação toda. Dei o exemplo do PIBID, que deveria ser avaliado por seu resultado na formação do corpo docente da educação básica. Então, começamos a fazer essa avaliação. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), uma das maiores iniciativas de Dilma, também precisava ser avaliado. No Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) foi onde pude fazer a melhor mudança. Em 2014, no ano eleitoral, ele dobrou, e em 2015 voltou mais ou menos à série histórica. Apesar do corte que houve, caiu para um número que não era tão distante do de 2013.

Mas o FIES era atribuído sem o critério da natureza ou da qualidade dos cursos. Era entendido como um direito do aluno, não como uma coisa boa para o Brasil. Para ter uma ideia, o aluno custa R\$ 10 mil por ano, em termos de financiamento. Ou seja, a União paga para a faculdade R\$ 10 mil por ano, exceto medicina, que é quatro vezes isso. Já o aluno de uma universidade pública custa mais que isso. O FIES sai mais barato. Mas é preciso garantir duas coisas: primeira, que o curso seja útil para o país, por isso priorizei a engenharia, o professorado e a saúde; segunda, que o curso seja bom. Por isso priorizei os cursos com nota 5, que é a máxima, nota 4 e pedi para reduzir os com nota três, que é a nota mínima para participar do programa. Priorizei também as regiões de maior necessidade, como Norte, Nordeste, Centro-Oeste. O ministro Mercadante substitui esse conceito pelo de microrregiões, a partir do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o que foi um aprimoramento. Porque o Recife está melhor do que, no Sudeste, o Vale do Ribeira, o Jequitinhonha... Esses critérios foram bons, e foram aceitos. Isso porque o FIES é muito dinheiro – mas, se os cursos forem bons, é mais barato que a universidade pública.

Ponto-e-Vírgula: Você não acha que o FIES acabou virando uma forma de financiamento de algumas universidades privadas, que criaram uma espécie de dependência em relação ao programa?

Renato Janine: Um centro universitário tinha de 90 a 95% dos alunos inscritos no FIES, ouvi dizer. Eles diziam fazer uma obra social importante, focados na população carente. Não conheço detalhes, mas isso cria deformações grandes. Porque, quando a turma toda é de FIES, não precisa haver aluno pagante. pode aumentar a mensalidade o quanto quiser, que foi a queda de braço que tivemos em 2015. Mas, se estabelecer um limite (“30% no máximo é do FIES, o resto tem que ser pagante”), o reajuste ganha

uma âncora. A instituição não pode reajustar além do razoável. O próprio mercado evita excessos. Outra mudança que ocorreu: as pessoas se matriculavam no primeiro curso que viam, sem fazer uma análise. Tinham que correr contra o relógio, entrando no primeiro curso que vissem disponível, sem sequer refletir muito. O que mudei também é que o FIES passou a ser competitivo em função da nota no ENEM. Então isso significava que o FIES ficava aberto por três dias, no meio do segundo se divulgava a nota de corte, e se o aluno não tirava a nota suficiente para o curso que desejava, dispunha de tempo para mudar para outro curso de acordo com sua nota. Por exemplo, pelo sistema anterior, vamos dizer que um estudante queria Enfermagem. Procurava Enfermagem, à meia-noite as vagas já estavam preenchidas, então ia, digamos, para Serviço Social. Ou para outra cidade. Mas não gostava de Serviço Social, ou não podia se sustentar em outro lugar. Era um mecanismo de financiamento que tinha falhas. Pudemos melhorá-lo.

Ponto-e-Vírgula: A política pública precisa de um tempo para ser avaliada, e talvez o FIES não tivesse tido tempo suficiente para que essas falhas fossem identificadas. Você assumiu a pasta num momento em que isso foi possível.

Renato Janine: Por um lado sim, mas por outro, o gestor público tem que fazer simulações em um programa antes de adotá-lo. No FIES, antes destas mudanças, eram 16% da verba destinadas para cursos de Direito, o que é desproporcional. Há no Brasil um problema claro: 35% dos alunos universitários, dados de 2013, estão distribuídos entre os cursos de Direito, Administração e Pedagogia. O Brasil tem mil e duzentas faculdades de Direito, que é o maior número no mundo. Então muitos alunos são ruins, e a média de reprovação no exame da Ordem dos Advogados na primeira tentativa é de 90%. Acaba passando mais gente, mas não creio que muito além de 20%. Você tem 80% que não vão ser advogados, assim como, na Pedagogia e na Administração, há um número grande de pessoas formadas que nunca vão exercer a profissão. Então 35% dos estudantes estão em cursos que demandam pouco equipamento, os chamados “cursos de giz”, em que a própria biblioteca não precisa ser tão cara quanto as de áreas que requerem outro tipo de bibliografia. Pela minha conta, 80% destes 35% não vão exercer a profissão, você tem 28% dos estudantes universitários acreditando que vão ter uma profissão, porém que nunca vão exercer. Isso é ruim. O Brasil pode dar a eles alternativas melhores. Um curso como os bacharelados interdisciplinares, que sem profissionalizarem exatamente confere porém um letramento cultural e científico, será bem mais útil para quem vá exercer uma das muitas profissões que não dependem de diploma específico.

Há *lobbys* poderosos a serem enfrentados. O setor privado está fazendo uma coisa interessante que precisa ser mais bem estudada. Ele está investindo em tecnologia, em métodos de ensino que melhoram a formação. Estas grandes empresas privadas não querem ficar com a nota 3. Querem subir, estão lutando por isso. Não sei se formam pessoas com espírito crítico, mas cada vez mais vão formar pessoas para exercer as profissões. Parece que esses grandes conglomerados aprenderam com a avaliação, que têm que competir por uma nota melhor.

Ponto-e-Vírgula: As avaliações da CAPES nos programas de pós-graduação também surtiram esse efeito. Eu vejo as universidades correndo atrás de exigências que o MEC fez e que efetivamente melhoram o ensino e a pesquisa no médio prazo.

Renato Janine: Esta foi uma grande coisa da gestão do ex-presidente Lula. Essas instituições compreenderam que não era possível só objetivar o lucro. Entenderam que tinham de apresentar resultados e fazer investimentos. Foi um êxito. Lembro um reitor que vivia brigando com a CAPES. Aí contratou uma professora da Pontifícia Universidade Católica (PUC), pessoa muito capacitada, que fez emplacar um mestrado, um doutorado, um mestrado profissional, e aí ele realmente se reconciliou com a CAPES. Começou a fazer proposta boa. E isso a avaliação permite. E ainda há outra questão complicada, um *lobby* das faculdades de educação defendendo a manutenção do que já existe, de cursos que não ensinam a ensinar, cursos mais de formação política e crítica do que do ensino da matéria. Isso vira uma grande briga, porque eles alegam que é para ensinar espírito crítico, mas os professores saem sem saber ensinar história, ensinar filosofia, ensinar sociologia, ensinar matemática, e aí tudo fica muito faltoso.